Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE DO SUL.

Pregão Eletrônico nº 50/2017

TECNO PONTO TECNOLOGIA AVANÇADA EM CONTROLE DE PONTO E ACESSO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.800.407/0001-28, com sede na Rua Pastor Manoel Virgínio de Souza, nº 1.245, Capão da Imbuia, Curitiba/PR, por intermédio de sua representante legal infra-assinada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 26 do Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão eletrônico e artigo 109, §3º da Lei nº 8.666/93, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela empresa NASCIMENTO COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE PONTO DE ACESSO EPP, já qualificada, pelas razões de fato e fundamentos de direito a seguir expostas:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do artigo 26 do Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão eletrônico e artigo 109, §3º da Lei nº 8.666/93, qualquer licitante poderá apresentar suas razões recursais, condicionado à prévia intenção de recurso na sessão pública, ficando os demais proponentes intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo de 03 dias úteis, contados do término do prazo da Recorrente.

Verifica-se que o prazo da Recorrente findou em 01/12/2017, iniciando, de forma imediata, no dia útil subsequente, o prazo da Recorrida para apresentar suas contrarrazões.

Sendo assim, a presente peça de contrarrazões se encontra tempestiva, tendo em vista que o prazo desta Recorrida iniciou no dia útil subsequente a finalização do prazo da Recorrente, ou seja, dia 04/12/2017, finalizando, portanto, em 06/12/2017, vez que a contagem utilizada no presente caso é a disposta no artigo 110 da lei nº 8.666/93.

II. SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de Pregão Eletrônico para registro de preços de serviços de software e aparelhos coletores de dados para controle de frequência de entrada e saída, no qual no qual esta Recorrida sagrou-se vencedora por apresentar a proposta mais vantajosa à Administração.

A Recorrente, inconformada pelo fato da Recorrida apresentar a proposta mais vantajosa, interpôs intenção recursal e, na sequência, as respectivas razões, utilizando argumentos falaciosos de desatendimento do ato convocatório, sem qualquer prova concreta que comprovasse o arguido.

Porém, referidas alegações não merecem ser aceitas, como será comprovado.

III. DO DIREITO

III.I DA SUPOSTA ALTERAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

Alega a Recorrente que a Recorrida alterou a proposta comercial inicial apresentada no sistema do COMPRASNET.

Vejamos alguns dispositivos legais encontrados no Decreto Federal nº 5.450/2005 que regulamenta o pregão eletrônico:

“Art. 22. (...)

§2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.” (negrito não original)

“Art. 11. Caberá ao pregoeiro, em especial:

IV- verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.” (negrito não original)

Nota-se nos dispositivos legais supracitados que as propostas entregues serão analisadas pelo Sr. Pregoeiro que verificará a conformidade do conteúdo das mesmas com as especificações técnicas dispostas em edital. Ainda, vejamos mais dois dispositivos do citado Decreto:

“Art.13. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

II- remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos.” (negrito não original)

“Art. 21. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para

abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.” (negrito não original)

Já nesses dispositivos, nota-se a exigência de encaminhamento das propostas por meio eletrônico. Em observância aos artigos citados, conclui-se que a proposta comercial encaminhada pelo licitante por meio eletrônico é um documento de suma importância, possuindo validade em relação a qualquer informação cadastrada no sistema, vez que, se as informações cadastradas no sistema fossem suficientes, não seria necessário o encaminhamento da proposta.

Ressalta-se que as informações cadastradas no sistema são dados básico para participação do certame, onde no momento de preenchimento, por um equívoco meramente material, esta Recorrida acabou digitando a letra errada, se tratando de algo perfeitamente sanável e que de qualquer forma interferirá na proposta.

Nesse sentido dispõe o item 4.1.1. do ato convocatório, vejamos:

“4. DA PROPOSTA FINANCEIRA

4.1.1. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas do objeto proposta e outros elementos que identifiquem suas configurações (conforme Anexo I); não será desclassificada a proposta por mera formalidade, ou falta de algum dado do objeto solicitado, a proposta final do vencedor sim será obrigatória estar totalmente completa”. (grifo e negrito não original)

Desta maneira, não é viável que licitantes sejam excluídos do certame por questões irrelevantes, sendo que nem mesmo irregularidades materiais na proposta são suficientes para desclassificação do licitante, quiçá mero erro de digitação no cadastro do sistema, além disso, este ato acabaria descartando a chance da Administração de contratar com uma proposta que combina a qualidade desejada, vez que atende ao edital, como comprovado pela própria Administração e também representa economia, tendo em vista que nossa proposta apresentou menor preço, assim, desclassificando esta licitante, a Administração descartaria uma proposta vantajosa.

Nesse sentido, a desclassificação desta licitante por conta de erro de digitação no cadastramento do sistema COMPRASNET, mesmo com sua proposta comercial correta, caracterizaria rigor excessivo, o que é plenamente repudiado pelo judiciário, in verbis:

“REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCLASSIFICAÇÃO. EXCESSO DE FORMALISMO. MOTIVO RELACIONADO À HABILITAÇÃO. DESCABIMENTO. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA OU CONCESSÃO DE PRAZO PARA A JUNTADA DA DOCUMENTAÇÃO. O tipo licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre formalidades excessivas, passíveis de serem supridas, como ocorre na hipótese vertida nos autos. [...] Precedentes do TJRS e STJ. Sentença confirmada em reexame necessário.” (REEXAME NECESSÁRIO Nº 70062262514, VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, DES. CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO, Relator.)

Além disso, como disposto no próprio edital, o que vale é a proposta final apresentada, portanto, não há qualquer irregularidade, vício ou ilegalidade na proposta comercial apresentada por esta Recorrida, não merecendo consideração as alegações trazidas pela Recorrente.

III.II DO FALACIOSO DESATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DISPOSTAS EM EDITAL

A Recorrente argue supostos desatendimentos pela Recorrida à especificações técnicas constantes no ato convocatório, utilizando como parâmetro catálogo da fabricante Henry, disponível no site da mesma, catálogo disponível no site desta Recorrida e manual de vendas da empresa Henry, fabricante dos equipamentos ofertados.

Primeiramente, informamos que, por questões comerciais, o documento constante no site da fabricante Henry é um catálogo de modelo genérico com descrições simples, portanto, não há detalhes operacionais ou características dos equipamentos, sendo diverso do prospecto, onde constam especificações detalhadas do equipamento, geralmente utilizado em licitações para fins de comprovação de conformidade dos produtos ofertados com o determinado em edital.

Na sequência, vale mencionar que o artigo 3º da Lei de Licitações, 8.666/93, contempla em seu caput vários princípios, entre eles e um dos mais fundamentais é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Tal princípio, inerente a toda licitação, evita descumprimentos da norma do edital, bem como o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame.

Sobre o assunto, leciona a renomada Doutrinadora Maria Sylvania Zanella Di Pietro:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”

O artigo 41 da referida lei ainda dispõe o seguinte:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Destarte, nítido o fato de que todos são vinculados ao instrumento convocatório, tanto licitantes, quanto

agentes da Administração Pública, sendo, portanto, defeso aos mesmos descumprir as condições nele expressas, representando ato tão grave que pode até mesmo ensejar em nulidade do certame licitatório, assim, jamais descumpriríamos as exigências editalícias, atendemos plenamente o disposto em edital.

Além disso, esta Recorrida realizou demonstração dos equipamentos ofertados, onde foi realizada a comprovação prática dos equipamentos e sua conformidade com as especificações técnicas do edital.

O outro link indicado pela Recorrente é do portal do revendedor, onde somente revendas da Henry possuem acesso, todavia, consultamos referido manual no portal, onde consta uma única informação que versa sobre MRP da qual presumimos ser a que a Recorrente se refere.

Desta maneira, ao analisar a informação, verificamos nitidamente que, na verdade, a Recorrente cometeu um equívoco interpretativo, vez que o manual em questão em nenhum momento tratou sobre a capacidade de armazenamento do equipamento, mas tão somente se referiu à quantidade de coleta possível de realizar pela porta fiscal em um tempo determinado.

Sobre as descrições constantes em nosso site, como já dito, por questões comerciais, a fabricante não permite a divulgação de informações específicas dos equipamentos no site, desta forma, no link trazido pela Recorrente constam somente informações básicas, portanto, está incompleto, pois ausente muitas características do equipamento.

Embora nos citados catálogos e manuais não constem todas as informações, o prospecto completo apresentado na licitação contém a informação nítida de que possui memória expansível para até 30 milhões, como afirmado até mesmo pela própria Recorrente em suas razões recursais, portanto, atendemos perfeitamente ao disposto em edital, já que o mesmo solicita quantidade de 10 milhões, não havendo motivos para questionamentos nesse quesito.

No tocante ao nobreak, infere a Recorrente que no site da fabricante e no portal do revendedor, não há disposições sobre a presença de nobreak com autonomia de até 2 (duas) horas na ausência de energia elétrica. Acontece que o manual do revendedor, como já demonstrado, não tem o objetivo de prestar informações sobre os equipamentos, se limitando ao auxílio em relação ao funcionamento dos mesmos, portanto, este documento não abrangerá especificações técnicas dos produtos.

Em relação ao site da fabricante, consta no catálogo genérico "Nobreak* para funcionamento do equipamento na falta de energia elétrica", o que já explicita a presença de nobreak no equipamento, todavia, como dito, por questões comerciais, no site não constam informações detalhadas dos produtos fabricados e comercializados.

Outrossim, apresentamos o prospecto detalhado do equipamento ofertado, onde consta nitidamente que o equipamento possui nobreak com autonomia de até 8 (oito) horas, ainda, por se tratar de peça opcional, informação esta também expressa no prospecto apresentado, há possibilidade do cliente optar se prefere o mesmo interno ou externo, pois, na condição de fabricante, a empresa Henry pode personalizar e customizar os seus equipamentos, o que viabiliza o atendimento de forma satisfatória aos clientes, pois, assim, pode adequar seus produtos aos parâmetros dispostos em edital, portanto, atendemos plenamente este requisito.

Por conseguinte, sobre os software de controle de ponto e de acesso ofertados, ressaltamos que trabalhamos com sistemas de qualidade e buscamos sempre parcerias com empresas que oferecem tecnologia de ponta e a mais avançada do mercado.

Os software são sistemas complexos, sendo assim, necessitam de adaptações para serem adequados às funções requeridas pelo cliente, variando conforme as finalidades buscadas, desta forma, as descrições dos prospectos de sistema são genéricas, já que muitas de suas funcionalidades não terão como ser comprovadas por catálogo e é por isso que no presente caso a Renomada Administração optou pela solicitação de amostra, onde restou demonstrado e comprovado o atendimento a todos os requisitos apontados pela Recorrente, inclusive, a mesma já foi aprovada pelo Órgão, vez que, caso contrário, não teria sido habilitada no certame.

Portanto, também atendemos plenamente a todos os itens dispostos em edital em relação aos sistemas de ponto e acesso.

No tocante ao controlador de acesso, a Recorrente realizou dois questionamentos: "Conforme produto ofertado e datasheet apresentado, o produto não atende o edital. Faz gerenciamento de acesso até 20.000 matrículas e o edital solicita 200 mil usuários", ainda, "O produto ofertado não possui acionamento de alarme quando abertura da porta sem identificação (arrombamento), conforme datasheet apresentado".

Referente a primeira indagação, em contato com a fabricante do equipamento, a mesma informou que é possível cadastrar até 16 milhões de usuários no equipamento por meio do web server e do facility code, inclusive, caso esta Renomada Administração deseje, poderá realizar esta diligência junto a fabricante que irá confirmar esta informação.

Sobre o segundo questionamento, o subitem 27 do item "OPERACIONAL", página 2 do prospecto apresentado por esta Recorrida consta o seguinte:

“• Sistema de acionamento de sirene através de horários pré-programados e arrombamentos.”

Sendo assim, no prospecto do equipamento ofertado, entrega no certame licitatório, explícito que o equipamento possui um sistema que aciona alarme quando na tentativa de arrombamento da porta, não procedendo a alegação da Recorrente.

III.III DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Na sequência, não contente com todas os apontamentos falaciosos e sem comprovação, a Recorrente ainda afirmou que esta Recorrida deixou de apresentar documentos de habilitação que comprovassem a qualidade econômico-financeira da empresa.

Em rápida pesquisa no site do COMPRASNET, mais especificadamente na aba CONSULTAS>COMPRAS GOVERNAMENTAIS>ATAS>ATAS DE PREGÃO, preenchendo as informações necessárias como número da UASG e número do pregão eletrônico e em seguida na opção ANEXO DE PROPOSTA, qualquer licitante verificará que

todos os documentos habilitatórios exigidos em edital e pela Lei nº 8.666/93 constam anexados no sistema, inclusive os apontados pela Recorrente, quais sejam, a certidão negativa de falência ou concordata, o ato constitutivo da sociedade empresária, no caso desta Recorrida, o contrato social, assim como a procuração com firma reconhecida em cartório com poderes específicos e a cópia autenticada da CNH do procurador que substitui perfeitamente a apresentação do RG, nos termos do artigo 159 da Lei nº 9.503/1997, que, não é o caso, mas continuaria válida como documento de identificação até mesmo se estivesse vencida, em conformidade com a recente decisão do COTRAN, notícia de fácil acesso na internet.

Assim, observado que esta Recorrida não possui qualquer vício ou ilicitude em sua proposta, sendo esta, inclusive, classificada por ser a mais vantajosa, pois além da economicidade, apresenta a qualidade, que também é essencial, apresentando todos os documentos necessários e legais, assim como tendo em vista a aprovação da demonstração dos equipamentos ofertados, a Recorrente não merece acolhimento de suas alegações, pois infundadas e falaciosas, já que se contentou em realizar apontamento diretos, sem fundamentações e comprovações, diferente da Recorrida, que comprovou de todas as formas seu pleno atendimento, sendo a permanência de sua classificação e habilitação a medida correta e legal.

IV. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer-se:

- o provimento da presente Contrarrazões ao Recurso Administrativo com acolhimento do pedido, para o fim de manter a o resultado do certame em epígrafe que classificou e habilitou a Recorrida como vencedora, pelos fatos e fundamentos expostos, procedendo com a devida homologação e adjudicação do objeto, como esperado pela Administração e por esta empresa;
- o improvimento do Recurso Administrativo apresentado pela Recorrente, vez que se tratam apenas de inconformidade com sua colocação e carentes de comprovações sua alegações, tampouco fundamentos, devendo ser mantido o resultado do presente certame licitatório, vez que perfeita, correta e legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Curitiba, 06 de dezembro de 2017.

LEONEI MARTINS FREITAS
REPRESENTANTE LEGAL

Fechar